

# Distribuição de renda do Brasil: algumas qualificações sobre o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970\*

RAMONAVAL AUGUSTO COSTA

## I. INTRODUÇÃO

O problema da distribuição da renda nos países em desenvolvimento vem se tornando um assunto muito discutido porque, após quase vinte anos de políticas de crescimento econômico, começa-se observar que o grau de concentração da renda tem aumentado na maioria dos países em que o processo de crescimento atingiu um certo grau de aceleração. O Brasil se apresenta como um caso típico de um País que atingiu altas taxas de crescimento, mas, ao mesmo tempo, apresentou um acréscimo no grau de desigualdade da renda entre 1960 e 1970. Este aumento de desigualdade, no caso do Brasil, tem sido confirmado por vários estudiosos da situação da desigualdade de Renda no Brasil: Fishlow, Duarte e Langoni.<sup>1</sup> Havendo apenas divergências quanto à intensidade do aumento e, principalmente, quanto aos possíveis fatores condicionadores deste aumento.

As divergências quanto à intensidade se deve às diferentes metodologias utilizadas pelos autores que primeiro quantificaram o grau de desigualdade das rendas para 1970.<sup>2</sup> E a diferença em valor numérico deixa de ser relevante, pois reflete mais detalhes de quantificação, ou pequenas transformações nos dados, do que diferenças efetivas de desi-

\* Apresentado no Ciclo de Estudos Brasileiros patrocinado pelo Centro de Aperfeiçoamento do Dirigente de Empresa — CAD, em setembro de 1974.

1 Fishlow (1972), Duarte (1970), Langoni (1973).

2 As diferenças metodológicas para o cálculo do índice de desigualdade de renda para 1970 até certo ponto são devidas ao tipo de acesso aos dados que os autores tiveram. Fishlow e Duarte não tiveram informações individuais de renda, conseqüentemente foram obrigados a estimar a renda média de uma das classes abertas. Langoni, como teve a sua disposição informações individuais, não precisou usar os métodos convencionais de estimação para as classes abertas.

gualdade de renda. O que interessa de fato é o consenso a respeito da existência de um aumento da desigualdade na distribuição da renda pessoal entre 1960 e 1970. O testemunho dos resultados encontrados por Fishlow, Langoni e Ramonaval confirmam este aumento, uma vez que se considere o valor da razão de concentração de Gini como sendo 0,4999 para 1960.<sup>3</sup>

TABELA 1  
*Índice de Gini Para o Brasil*  
1970

AUTORES	VALORES DO ÍNDICE DE GINI
1. Langoni	0,5684
2. Fishlow	0,63
3. Ramonaval	0,559315 — 0,567110 (*) 0,583659 — 0,591034(**)

FONTE: Langoni (1973), Fishlow (1972) e Ramonaval (1975).

(\*) Inclui a última classe com renda média codificada.

(\*\*) Inclui a última classe com renda média estimada através do ajustamento de uma função tipo Pareto.

As estimativas apresentadas por Ramonaval referem-se a um intervalo para a razão de concentração de Gini, idealizado pelo americano Joseph L. Gastwirth, com o intuito de contornar as deficiências da razão de concentração de Gini, comumente conhecida por índice de Gini.<sup>4</sup>

Observando-se a tabela 1, o primeiro intervalo foi obtido calculando-se a renda média da última classe levando-se em conta que todos os indivíduos que recebiam renda maior que Cr\$ 9 997 tinham sido codificados como recebendo Cr\$ 9 998. O limite superior se aproxima do valor obtido por Langoni. Ao passo que para o segundo intervalo da razão de concentração, para o qual se obteve a renda média da última classe após estimar a renda média das pessoas que ganham acima de Cr\$ 9 997 o limite superior se aproxima mais do valor apresentado por Fishlow. Não há dúvida, portanto, de que houve um aumento de desigualdade na distribuição da renda pessoal na passagem da última década.

Portanto, a constatação do aumento da desigualdade na distribuição da renda pessoal é um fato aceito sem sombra de dúvida. O que se discute, sem nenhum acordo aparente, é a identificação dos fatores condicionantes deste acréscimo de desigualdade.<sup>5</sup> O primeiro a sugerir uma explicação neste sentido foi o professor Fishlow que, num trabalho inicial, anunciava a política econômica seguida pelo governo, desde 1964, como a principal condicionadora das diferenças de renda entre ricos e pobres, ressaltando o papel da política salarial adotada a partir de 1964. Em seguida, surge a contribuição de Hoffman e Duarte cuja tentativa de explicação do aumento do grau de desigualdade responsa-

<sup>3</sup> Langoni (1973) página 62.

<sup>4</sup> Gastwirth (1972) e Costa (1975).

<sup>5</sup> Malan (1973) e Langoni (1973).

biliza a política econômica governamental também. Posteriormente, surge o trabalho de Langoni muito rico em detalhes, apresentando como agentes condicionantes do aumento de desigualdade em questão as modificações estruturais da PEA e o papel da educação como o principal agente diferenciador da renda individual, negando taxativamente a importância da política salarial ou qualquer parcela da política econômica instalada a partir de 1964 no aumento da concentração de renda. Além disso, o seu trabalho deixa a impressão de que a desigualdade decorre como um subproduto espontâneo e praticamente inevitável do desenvolvimento acelerado que dominou o país desde 1964. Basicamente, foram esses trabalhos que estabeleceram as duas posições quanto aos elementos condicionadores do aumento de desigualdade ocorrido, apoiado em pesquisas empíricas.<sup>6</sup>

Sem entrar no mérito das posições estabelecidas, gostaria de fazer alguns comentários a respeito dos fatores que condicionaram e ainda condicionam o aumento de desigualdade. Alguns dos fatores aqui comentados já foram aventados nos diversos trabalhos sobre a distribuição de renda do Brasil, porém acredito ser necessário fazer algumas observações de esclarecimento. Acredito ser interessante apresentar algumas idéias sobre desenvolvimento econômico e desigualdade, inflação e desigualdade, educação e renda, modificações estruturais da PEA e o efeito na distribuição das rendas, finalmente o quadro ocupacional e a política salarial, como agentes condicionadores da distribuição de renda.

## 1 — Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda

A idéia de que o aumento da concentração da renda é um dos malefícios do desenvolvimento econômico acelerado parece induzir que num processo de desenvolvimento a concentração surge como uma consequência inevitável, como um resultado indesejável, entre tantos benefícios, dando um caráter inevitável e espontâneo à ocorrência deste aumento de concentração. Com isso procura-se isentar o governo, ou melhor, as políticas governamentais de contribuírem para o processo de concentração.

Essa suposta espontaneidade no aumento da concentração, pelo fato de ser um subproduto, uma consequência do processo de desenvolvimento econômico, teria algum sentido se o próprio desenvolvimento econômico, por si só, fosse espontâneo. Modernamente, é sabido que o desenvolvimento, e/ou sua aceleração, é planejado, é simulado, é uma replicação de experiências econômicas anteriores. Ou seja, com a conscientização pelos economistas de que é possível acelerar o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, tanto um como o outro é planejado. Planeja-se como crescer, ou como acelerar o processo que historicamente se constatou nos vários países, já considerados desenvolvidos. O economista, por sua vez, isola variáveis cruciais para esta aceleração e, através da interação destas variáveis, monta modelos que ilustram como se deve manipular os diversos parâmetros para a aceleração do progresso. Os responsáveis pela política econômica dos governos procuram seguir, aproximadamente, tais modelos a fim de que possam atingir determinadas taxas de crescimento. Portanto, modernamente, não é possível admitir a

---

<sup>6</sup> Celso Furtado e Conceição Tavares, apesar de terem se pronunciado a respeito, não participaram ativamente do debate. Eles possuem posições "sui generis", entendendo a piora da distribuição como decorrência do próprio sistema.

espontaneidade do crescimento e ou desenvolvimento, já que existe uma atuação factual das autoridades governamentais orientando a política econômica num determinado sentido.<sup>7</sup>

Outro fato importante, que surge em decorrência deste caráter replicativo do processo de crescimento, é que pela própria natureza de réplica o processo de crescimento replicado não consegue envolver todos os setores da economia, pois é muito difícil replicar a realidade num modelo simplificado, onde somente se retém as principais informações a respeito do crescimento. Logo, em toda aceleração planejada de crescimento, escolhe-se qual a estratégia que levará às maiores taxas; feito esta escolha destrói-se completamente o caráter espontâneo de crescimento. Para exemplificar, o Brasil adotou como estratégia de crescimento a aceleração do aumento das exportações, a fim de aumentar a acumulação do capital, mormente a exportação de manufaturados. É possível delinear-se uma estratégia de crescimento diferente desta, ou seja uma política de crescimento voltada para o mercado interno. Não se pretende questionar o mérito das medidas adotadas, mas sim mostrar que existem várias estratégias para se replicar num País subdesenvolvido um processo de crescimento. A melhor ou pior adequação dessas estratégias dependem das características do País e de toda uma conjuntura internacional ou de decisões a respeito do bem estar existente.

Admitindo-se a existência de várias maneiras de crescer, a escolha de uma delas representa uma opção e esta opção significa um conjunto de medidas e conseqüências que não são necessariamente espontâneas, já que foi feita uma escolha. Logo, tendo como base estas características, parece ficar claro que é muito difícil defender o aumento de concentração como uma conseqüência pura e simples do processo de crescimento, já que ele mesmo é resultado de uma opção.

Mesmo esquecendo as observações anteriores, seria bom recordar que a maioria dos modelos de crescimento econômico apresentam como elemento crucial a acumulação do Capital (Capital não humano, nos modelos mais antigos, e também Capital humano nos modelos mais recentes). Sendo esse o ponto crucial para a aceleração, tomam-se medidas que possibilitem a necessária acumulação. A mais comum das medidas pode também ser a mais viável politicamente. Isto é, deixar a situação de distribuição de renda de tal maneira que a propensão média a poupar continue aumentando. A maneira mais simples para atingir tal objetivo é fazer com que a renda permaneça nas mãos do grupo com maior PMP. Teoricamente, é sabido que são os indivíduos de renda mais elevada os que possuem maior PMP. Portanto, concentra-se para crescer. Pode parecer ridículo que tudo seja assim tão simples. Infelizmente, de uma maneira geral, concentra-se para crescer.<sup>8</sup>

Nos países subdesenvolvidos, com o aparecimento do trabalho de Rostow, desde os anos 50, tem-se procurado concentrar para crescer. Os modelos de crescimento por mais detalhes ou significação que apresentassem sempre se omitiram a respeito do problema de distribuição por ser um problema ético e de difícil manipulação analítica. Durante todos estes anos tem-se acumulado para crescer em quase todos os

---

7 Para demonstrar o caráter não espontâneo do desenvolvimento brasileiro deve-se ressaltar o fato de que se fez uma opção de crescimento com abertura para o exterior (exportar é a solução).

8 A despreocupação com a distribuição de renda pode ser explicada por dois motivos: o primeiro é que é necessário concentrar para crescer, logo, não seria interessante restringir a possibilidade de crescer; o segundo é que historicamente a maioria dos países ocidentais apresentaram um decréscimo de desigualdade, como foi ressaltado por Kuznets (1955) e Kuznets (1963).

países em que houve conscientização da idéia de que o processo de crescimento poderia ser acelerado através da queima de etapas ou diminuição dos períodos entre uma etapa e outra. Hoje surge como evidência empírica a existência de uma relação positiva do processo de crescimento e o aumento da desigualdade.<sup>9</sup> O Brasil serve de exemplo de País onde a acumulação e, por conseguinte, a concentração têm sido algo claro e evidente, nestes últimos anos, e seria de causar espanto que o grau de desigualdade não tivesse aumentado.

O mais interessante de tudo isto é que desde 1950 que se propaga a idéia de desenvolvimento e crescimento econômico através da aceleração da acumulação do Capital, por meio da concentração da renda na mão dos que tivessem menos PMC, para poder aumentar o volume de poupança e, por conseguinte, de investimento. E só depois defende-se a idéia de que existe uma associação entre desenvolvimento e aumento de concentração da renda. Isto é uma falta de perspectiva histórica.

Enfim, não existe informação suficiente para o estabelecimento de que o aumento de concentração é um resultado indesejável do processo de desenvolvimento, mas sim que o processo de desenvolvimento é feito através de um aumento da concentração. Logo, o aumento do grau de desigualdade surge como uma medida estratégica para acelerar o crescimento. Não tem sentido, portanto, apresentar esse aumento como uma consequência espontaneamente inevitável. Nossos economistas mais antigos não sabiam fazer crescer sem concentrar, não conseguem se desprender do que lhes foi transmitido através dos modelos mais conhecidos e mais populares.

Enquanto os modelos de crescimento não se preocuparem com a distribuição da renda, haverá sempre alguém confundindo uma estratégia de crescimento com uma consequência do próprio crescimento. Não se deve perder a perspectiva histórica. Se decidirmos concentrar para crescer não devemos ficar espantados em observar que juntamente com o crescimento (e ou desenvolvimento) também temos um aumento de desigualdade, pelo menos a curto prazo.

## 2 — Inflação e o Grau de Desigualdade de Rendas

Outro fator que tem sido pouco considerado como elemento condicionador do aumento de desigualdade de rendas é a inflação que, apesar de estar sendo controlada, não deixou de se manifestar nestes últimos anos. Mas não se pode subestimar as consequências da inflação sobre a desigualdade da renda pessoal.

É fato sabido em economia de que num processo inflacionário dá-se uma transferência de renda do grupo que possui rendas fixas para o grupo com rendas variáveis. Portanto, esse tipo de transferência vem sendo feita ao longo de todos esses anos. Não é fácil a avaliação do grau desta transferência mas é bom que se tenha isto em mente quando se pretende entender porque houve aumento de desigualdade na distribuição de renda pessoal no decorrer desta década. Não se deve esquecer

---

<sup>9</sup> Esta evidência empírica foi muito estudada e sustentada por Kuznets (1963) e seus seguidores. No entanto, as informações com base no trabalho de Irma Adelman (1967) e Banco Mundial (1975), esta evidência empírica começa a ser questionada, pois a experiência recente de crescimento parece não confirmar a generalização de Kuznets e seus seguidores. Infelizmente, as generalizações empíricas só podem ser desmentidas com o passar dos anos, depois de se acumular novas informações. Enquanto o tempo não passa o povo sofre as consequências da imperfeição do conhecimento humano. Levou-se quase 2 (duas) décadas de crescimento orientado para se começar a duvidar dos resultados de Kuznets para os países ocidentais.

que desde 1960 a inflação esteve sempre presente na economia brasileira. Apesar das diferentes nuances que esta economia assumiu no decorrer da década, a inflação continuou sendo elemento que contribuiu para a deterioração dos salários reais.

Apesar dos dados não serem definitivos, mesmo assim podem dar uma idéia de que maneira a inflação pode provocar diferenças nos salários recebidos por determinados grupos independentes de possuírem a renda variável ou não. Pode-se observar pelas informações constantes nos quadros abaixo que de fato a inflação é um elemento diferenciador das rendas individuais, pois provoca diferentes graus de deterioração das rendas reais.

TABELA 2

*Salários Medianos dos Operários na Indústria de Transformação*  
(Base 1969)

ANOS	BRASIL	SÃO PAULO
1959	240,475	278,325
1969	186,076	241,208

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1960/1971.  
Deflator: Contas Nacionais do Brasil — Volume II — Quadros Estatísticos Implícitos pg. 92 — Deflator Implícito.

TABELA 3

*Salários Medianos dos Empregados no Comércio*  
(Base 1969)

ANOS	BRASIL	SÃO PAULO
1959	288,805	310,883
1969	154,522	197,974

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 1960 e 1971.  
Deflator: Contas Nacionais do Brasil — Volume II — Quadros Estatísticos Implícitos pg. 92.

Apesar da avaliação do efeito destes fatos sobre a distribuição de renda pessoal, no decorrer destes anos, ser de difícil constatação, não se pode esquecer que, apesar de todas as dificuldades de avaliação, a inflação apresenta uma informação qualitativa muito clara e definida que é a direção da transferência de renda. A direção parte de um grupo que possui rendas fixas para o grupo de rendas variáveis. Sendo assim, não é difícil entender que o assalariado se enquadra no grupo que mais sofre com a inflação. Além disso fica claro que o processo inflacionário contribui para o distanciamento entre os dois grupos, fazendo com que um apresente uma deterioração dos salários reais, ao passo que outro mantém o salário real ou aumenta. Podendo, assim, ser um elemento de considerável relevância no estabelecimento dos perfis de renda da comunidade.

No caso do Brasil a convivência com a inflação tem sido relativamente promissora, pois no processo de contenção da inflação tomou-se medidas que em realidade contribuíram para a institucionalização da mesma. Medidas essas que foram tomadas com o objetivo de eliminar alguns efeitos considerados nocivos para a eficiência do sistema.

A experiência brasileira, com a inflação, parece indicar que desde que a inflação seja mantida a níveis relativamente baixos, de maneira a permitir o controle dos efeitos que podem deteriorar a eficiente orientação dos investimentos, ela pode se tornar um forte coadjuvante no processo de acumulação do Capital que é a grande alavanca do processo de crescimento.

O objetivo destas observações sobre a inflação não é criticar o fato de que ela possa ou tenha sido usada (conscientemente ou inconscientemente) como uma estratégia velada para o aumento de acumulação do Capital, mas sim chamar atenção para os estudiosos da situação da distribuição da renda de que seus efeitos distributivos podem delinear um novo caminho na tentativa de isolar os fatores condicionantes do aumento de desigualdade.

### 3 — Educação e Distribuição de Renda

Dado a natureza deste trabalho e o tempo disponível não se pode pretender esgotar o tema sugerido, pretende-se fazer alguma observação com vistas à relevância da educação no processo de diferenciação das rendas no Brasil.

Não há dúvida de que o atributo educação é usado para discriminar os indivíduos em relação à renda, isto é ponto pacífico. A grande observação que deve ser feita a respeito da Educação como variável em qualquer modelo explicativo é de que não se trata de uma variável independente. Isto é, a variável educação depende de outras variáveis. A associação da variável educação com uma determinada variável pode ser resultado de variações da educação em relação a variáveis que a determinam. Por isso o uso dela como variável explicativa em modelos de equação única não atende às exigências dos modelos lineares de equação única, que é ser uma variável independente.<sup>10</sup>

Apesar da educação ser usada como elemento diferenciador das rendas individuais ela é apenas uma condição necessária para tal, mas não chega a ser suficiente. Em grande parte o papel diferenciador da Educação está condicionado à estrutura ocupacional. A estrutura ocupacional evolui com o desenvolvimento econômico e, pela experiência conhecida dos países já desenvolvidos, a estrutura ocupacional se torna mais complexa e exige um grau de "skilness" compatível com a evolução tecnológica. Nos termos atuais, quando deparamos com um crescimento econômico acelerado (no sentido de queimar etapas no processo), em que a tecnologia é importada, de uma certa maneira a estrutura ocupacional também é imposta independente da estrutura educacional existente. Como o exercício de determinadas ocupações exige uma determinada formação escolar, tal fato ressalta como a formação escolar é uma condição necessária, pois a renda está vinculada diretamente à ocupação e não à formação escolar, já que é possível ter a formação escolar e não exercer a ocupação.

O assunto é um pouco complicado, mas é um chamamento para exigir maior cautela nas interpretações sobre o papel da educação na

<sup>10</sup> Sendo assim, a variável educação deveria aparecer num modelo mais amplo com mais de uma equação que pudesse contornar a sua situação de variável dependente.

diferenciação das rendas. Além disso, quando se estuda o efeito da variável educação na diferenciação das rendas individuais, não se deve esquecer de que a variável educação pode ser encarada como uma variável composta, que seria o resultado de uma série de atributos dos indivíduos que estão altamente correlacionados com sua formação escolar, ou seja a ocupação, a posição na ocupação e mesmo fatores institucionais que reservam a determinadas formações escolares um limite inferior independente das condições de oferta e demanda.

Por fim, o significado exato da variável educação é difícil de ser apreendido, por isso é necessário estar alerta sobre as evidências que ressaltam a grande importância da educação no processo de diferenciação de rendas. Quando nos referimos à educação e usamos os diversos níveis de escolaridade, é necessário estar ciente do fato de que para a população economicamente ativa em 1970, 84,23% é constituída de indivíduos de 0 a 5 anos de estudo e somente 15,77% possui nível médio e superior. Portanto, o que se entende como educação neste caso se restringe praticamente a analfabetos e indivíduos com nível elementar, no caso do Brasil como um todo. Mesmo quando se verifica a PEA urbana esta imagem ainda se mantém, já que o percentual dos analfabetos e os de formação escolar elementar corresponde a 74,94%, conforme tabela 4. Se examinarmos a PEA na zona rural este percentual chega a ser 98,39% de indivíduos analfabetos e com 0 a 5 anos de estudo. Quando falamos em variável educação e sabemos destas informações, tem-se a impressão de que ela se refere a um reduzido número de pessoas.<sup>11</sup>

Enfim, não é possível negar a Educação como um agente diferenciador das rendas, mas também não é tão evidente aceitá-la como variável independente e com a relevância com que tem sido apresentada. E o maior problema com a variável educação é que tem uma grande aceitação popular e por isso mesmo pode se constituir num obstáculo ao melhor conhecimento dos agentes condicionadores da desigualdade, pois pode dar um caráter definitivo às explicações do problema, esvaziando a discussão, deixando as soluções que poderiam reprimir o aumento da concentração adiadas para um futuro mais distante.

#### **4 — Composição da PEA e a Desigualdade da Distribuição de Renda**

Quando se diz que as mudanças na composição da PEA contribuíram para o aumento da desigualdade de renda entre 1960 e 1970 é preciso estar atento para o verdadeiro significado desta informação. Não se pode esquecer de que se trata de uma explicação puramente mecânica sem nenhum sentido causal. Isto é, não se pode apresentar as mudanças na composição da PEA como uma das condicionantes do aumento de desigualdade.

O máximo que se pode admitir é que a variação numérica do índice de desigualdade pode ser explicado através das observações das variações na composição da PEA. Trata-se apenas de uma justificação para a variação do valor numérico da desigualdade.<sup>12</sup> As verdadeiras causas do aumento de desigualdade são mais complexas do que a simples variação de pesos na construção de um índice.

<sup>11</sup> Desde que se considere os indivíduos com nível educacional de primeiro grau como não sendo relevante.

<sup>12</sup> Vide Malan (1973).



As mudanças na estrutura da PEA nos informam que houve uma redução na participação dos grupos de renda mais baixa, como também um aumento da participação dos grupos de renda mais elevada. Para poder falar de causas é necessário ir além da observação dos pesos. Teríamos que identificar as forças que impediram o aumento de participação dos grupos de renda mais baixa, ao mesmo tempo que contribuíram para o aumento de participação dos grupos de renda mais elevada. Para deixar um pouco mais claro o que se pretendeu transmitir, seria preciso acrescentar que, apesar de mudanças na composição da PEA, o grau de desigualdade poderia ter até diminuído. Bastaria que as forças que determinam a renda dos diversos grupos tivessem agido de tal maneira a igualar o nível de renda individual.

Portanto, as causas do aumento de desigualdade devem ter um alcance mais profundo do que simples modificações da estrutura da força de trabalho. Por exemplo, as causas poderiam ser qualificadas como as forças que contribuíram para o agravamento da participação dos grupos de renda mais baixa e/ou a melhora da participação dos grupos com rendas mais elevadas. Uma hipótese que poderia ser levantada é de que o tipo (o modelo) de desenvolvimento que se impôs ao País neste período contribuiu de várias maneiras para a modificação destas participações.

Vejamos, rapidamente, o tipo de desenvolvimento imposto no período em questão. Já nos referimos ao caráter não espontâneo do crescimento brasileiro que, sucintamente, pode-se dizer, tem sido feito com base em tecnologia importada, poupadora de mão-de-obra, e altamente localizado no setor industrial e de prestação de serviços. Uma consequência lógica de se fazer o desenvolvimento com tecnologia importada é de que o quadro ocupacional seria influenciado de tal maneira que não parece nada absurdo dizer que este quadro ocupacional (do setor em que o crescimento é planejado) também seria "importado" e geraria tensões de demanda de mão-de-obra incompatíveis com a formação educacional tradicional.

Como a tecnologia é poupadora de mão-de-obra, fica claro que em um processo de crescimento deste tipo os maiores retornos ficam, logicamente, para o fator mais usado intensivamente e mais produtivo, que é o Capital. Estabelecendo, assim, um elemento eminentemente concentrador dos ganhos de crescimento, enfatizado pelo uso do capital em detrimento da mão-de-obra.

A característica de tecnologia poupadora de mão-de-obra não é o único atributo desta tecnologia. Além de poupar mão-de-obra ela discrimina a mão-de-obra, exigindo dela uma maior qualificação (que pode ser entendida em termos de nível educacional) através do quadro ocupacional "importado". Estes dois atributos da tecnologia usada para acelerar o processo de desenvolvimento provocam uma dicotomização do mercado de trabalho em dois grupos distintos: o grupo mais qualificado e com maior nível de renda e outro menos qualificado e com menor nível de renda.

Tendo em vista este quadro ocupacional gerado pela tecnologia importada, poupadora e discriminadora de mão-de-obra, não é difícil admitir-se que os grupos que possuem maior qualificação sofreram um aumento de procura muito maior do que os grupos de menor qualificação, onde, inclusive, o crescimento da oferta pode superar o aumento de demanda, tornando possível a elevação da participação dos grupos com renda mais elevada, em virtude desta maior solicitação pelo quadro ocupacional, ao passo que os grupos com renda baixa sofrem um agravamento na sua participação.

## 5 — Quadro Ocupacional e a Política Salarial

Parece razoável o que foi dito acerca da não espontaneidade do desenvolvimento econômico instalado no País e sua ênfase no processo de industrialização através da importação de tecnologia poupadora de mão-de-obra, impondo um quadro ocupacional que exige um mercado de trabalho dicotomizado, constituído pelos seguintes grupos: o de mão-de-obra qualificada, com maior formação educacional e maior nível de renda e outro de mão-de-obra menos qualificada, com menor formação educacional e menor nível de renda. Admitindo-se tal dicotomia é possível justificar como a política salarial pode ter contribuído para aumentar a participação do grupo de maior qualificação e maior renda, ao mesmo tempo que contribuiu para o agravamento da participação do grupo de menor qualificação e menor renda.

Para melhor entendimento do que se considera como mais qualificado e menos qualificado, seria interessante fazermos uma simplificação: considere-se como mais qualificado o grupo pertencente a PEA, cujo nível educacional ou anos de estudos está compreendido entre seis anos e mais, ao passo que o menos qualificado corresponderia ao grupo cujo nível educacional ou anos de estudo está compreendido entre 0 (zero) até 5 (cinco) anos.

Dado esta simplificação, através da tabela 4, verifica-se que o pessoal mais qualificado corresponde aproximadamente a 15,77 da PEA do Brasil como um todo. Considerando-se somente o pessoal da PEA na zona urbana este grupo corresponde a 25,06, e na zona rural tal grupo se reduz a 1,61 da PEA da zona rural. Já o pessoal de menor qualificação congrega 84,23 de toda PEA do Brasil, 74,94 para a PEA na zona urbana e por fim 98,23 da PEA da zona rural.

TABELA 4

*População Economicamente Ativa de Dez Anos e Mais de Idade,  
com Rendimento por Nível Educacional*

Brasil — 1970

NÍVEL EDUCA- CIONAL	TOTAL		URBANA		RURAL	
	Absoluto	Porcen- tagem da PEA	Absoluto	Porcen- tagem da PEA	Absoluto	Porcen- tagem da PEA
Nenhum	8.860.530	34,03	2.972.310	18,90	5.888.220	57,09
Elementar	13.073.836	50,20	8.813.833	56,04	4.260.003	41,30
Média	3.458.760	13,28	3.304.060	21,01	154.700	1,50
Superior	648.054	2,49	637.080	4,05	10.974	0,11
TOTAL	26.041.180	100,00	15.727.283	100,00	10.313.897	100,00

FONTE: Censo Demográfico do Brasil — IBGE — 1970.

O grupo de mão-de-obra mais qualificada e maior renda, devido a problemas de natureza institucional e em função do quadro ocupacional que foi se delineando, em função do tipo de crescimento planejado e realizado no Brasil, manteve um relativo poder de barganha em relação ao salário. E esse grupo não esteve sujeito à simples correção dos salários apresentados pelo governo por vários motivos, entre os quais destaca-se o fato de que o pessoal deste grupo, na sua maioria, não estaria vinculado às instituições de classes. Também porque este grupo esteve sob pressão de demanda desencadeada pelo quadro ocupacional que se instalava em função da tecnologia importada.

Por outro lado, o grupo menos qualificado e de menor renda parece ter perdido grande parte de seu poder de barganhar salários. Primeiro, porque dentro do quadro ocupacional que se delineou em função de uma tecnologia poupadora e discriminadora de mão-de-obra, que reservava para este grupo tipos de ocupações onde não poderiam fugir à política de controle salarial do governo que, apesar de permitir a correção dos salários, nunca permitiu repor o valor real dos salários de tempos anteriores a 1964. Em segundo lugar, porque este grupo não foi muito requisitado pelo quadro ocupacional que se instalava, sendo até possível uma hipótese de excesso de oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho para este grupo.

Parece ser lógico que a política salarial que estabeleceu diferenças no poder de barganhar salários para esses dois grupos, pois não era extensiva a toda PEA, juntamente com as características do quadro ocupacional que foi se delineando no processo de crescimento, contribuíram, indubitavelmente, para aumentar a diferença entre o grupo de renda mais alta e mais qualificado e o grupo de renda mais baixa e menos qualificado. Além disso, o grupo de renda mais elevada e maior qualificação, cujo poder de barganhar salários não estava completamente tolhido pela política de contenção de salários, pode fazer frente à inflação, garantindo uma maior parcela de renda total. Não tendo acontecido o mesmo com o grupo menos qualificado.

Enfim, o delineamento de uma estrutura ocupacional específica, surgida da maneira pela qual o processo de crescimento foi planejado, juntamente com uma política de contenção salarial que não atingia (e não atinge) a todos os elementos da PEA, podem ser apresentados como fortes coadjuvantes no complexo processo de diferenciação das rendas entre 1960 e 1970 que culminou com um aumento do grau de desigualdade.

## 6 — Conclusões

Apesar da superficialidade com que cada item foi tratado neste trabalho, acredito ter conseguido fazer algumas qualificações a respeito dos fatores que certamente contribuíram para o aumento da desigualdade da renda pessoal entre 1960 e 1970.

Primeiro tentou-se mostrar a falta de espontaneidade dos processos de crescimento nos países subdesenvolvidos (em vias de desenvolvimento) e ressaltar que a concentração de renda é mais um elemento estratégico para o desenvolvimento do que uma conseqüência inevitável dele e, se assim fosse, o seria, simplesmente, porque concentrar para crescer tem sido a forma mais difundida de acelerar o crescimento.

Uma segunda qualificação foi feita a respeito do papel que a inflação pode ter exercido neste período, já que é notório o seu desempenho como transferidora de recursos de grupos com renda fixa para grupos com rendas variáveis.

Outra qualificação foi chamar atenção para o fato de que a variável educação, a despeito do que se considere como tal, não seria aceita como uma variável independente, estando sujeita às mudanças em outras variáveis quando exerce seu papel diferenciador de rendas individuais. No decorrer do trabalho chama-se atenção para a influência do quadro ocupacional no papel que a educação possa exercer.

Em seguida fez-se uma qualificação a respeito da correta interpretação das mudanças na composição da PEA, em face do aumento de desigualdade verificado, e sugere-se uma possível interpretação de como deveriam ser investigadas as causas ou fatores condicionadores do aumento de concentração.

Na última parte retomo uma sugestão apontada na parte anterior a respeito da dicotomização do mercado de trabalho, em mais qualificado e menos qualificado, em função de um quadro ocupacional específico. A partir daí sugere-se como a política salarial pode ter contribuído para o distanciamento dos dois grupos.

No decorrer destas duas últimas partes pode se perceber como a educação assume um papel passivo no que se refere a diferenciação das rendas individuais, estando amplamente condicionada ao quadro ocupacional que se instala no País de acordo com o modelo utilizado explícita ou implicitamente para a aceleração do crescimento.

O delineamento do quadro ocupacional, no meu entender, estabelece um limite inferior para o grau de desigualdade de renda e sua relevância na explicação do aumento de desigualdade se torna mais clara quando este quadro ocupacional é instalado abruptamente em desacordo com o processo educacional do País.

Seria interessante que as pesquisas sobre distribuição de renda no Brasil avaliassem o papel da estrutura ocupacional no estabelecimento dos diferenciais de renda individual para que não se admitisse apressadamente a variável educação como a mais relevante, por se tratar de variável dependente, cujo comportamento estaria condicionado a outras variáveis. Por outro lado, se admitirmos que o pessoal qualificado é o que foi sugerido no trabalho e que a variável educação seja considerada como os anos de estudos ou nível educacional e também admitirmos que a educação tenha sido o fator de grande importância na diferenciação das rendas, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento acelerado realizado no Brasil nos últimos anos beneficiou uma minoria privilegiada de 15,7 da PEA para o Brasil como um todo. E de que os benefícios deste crescimento foi intensamente dirigido para o setor urbano, onde 25,06 da PEA, dentro das hipóteses deste trabalho, teria sido beneficiado. Ao passo que somente 1,61 da PEA na zona rural estaria na mesma situação.

Enfim, atribuir à educação a responsabilidade da diferenciação das rendas é como se atribuíssemos tal responsabilidade aos vinte e cinco por cento mais rico, ou seja, as duas últimas classes de renda, a não ser que se considere analfabetos e pessoas com o nível elementar como fazendo parte do que se entende por educação.

## BIBLIOGRAFIA

1. COSTA, Ramonaval A. — “Medidas de Desigualdade de Renda” — *Boletim Geográfico*, 238, 1975.
2. COSTA, Ramonaval A. — Size Income Distribution of Brazil in 1970 — Across-section Analysis of Income Distribution by Occupations, Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Vanderbilt em abril de 1975.
3. DUARTE, J. C. — “Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil em 1970” — Piracicaba, tese de Mestrado apresentada na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, 1971.
4. FISHLOW, Albert — *Brazilian Size Distribution of Income* — A.E.R. Maio, 1972, pp. 391-402.
5. FURTADO, Celso — *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* — Civilização Brasileira, Rio de Janeiro — 1973.
6. GASTWIRTH, Joseph L. — “The Estimation of the Lorenz Curve and Gini Index” — *Review of Economics and Statistics*, vol. LIV, n.º 3, Agosto — 1972.
7. LANGONI, C. G. — *Distribuição da Renda e Desenvolvimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Brasil, Expressão e Cultura, 1973.
8. MALAN, Pedro e WELLS, John — Resenha Bibliográfica — Langoni, Carlos G., *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil, Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, dezembro 1973, n.º 4.
9. TAVARES, Maria da Conceição — *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, Segunda Edição — 1973.